

## **PERSPECTIVAS SOBRE A EMIGRAÇÃO OITOCENTISTA- Os estudos locais e regionais**

Jorge Fernandes Alves

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Há hoje uma multiplicação de estudos históricos de âmbito local e regional. Por detrás deste incremento há naturalmente um maior interesse e apoio das instituições oficiais de nível local e regional que procuram conhecer e conferir visibilidade à experiência histórica envolvente. Mas há também um ponto de vista científico-metodológico uma nova postura que legitima a produção do conhecimento pela via de estudos mais circunscritos (e não já pela abordagem mais ampla da nação), aspecto que de resto tem facilitado o encontrar de temas para dissertações académica. No fundo, trata-se de reconhecer que para além do tempo, a história precisa de considerar uma outra variável fundamental - o espaço, e desta forma considerar que, paralelamente, à sucessão e transformação, é preciso contar com a diversidade. Naturalmente que ao historiador importa também considerar que o espaço não seja apenas de âmbito geográfico, mas, por exemplo, também social, pressuposto de onde derivarão estudos de natureza diferencial. Enfim, o que está em causa é a emergência de novas formas de perspectivar a história, utilizando novos ângulos que conduzem a novos problemas, sem questionarmos agora toda a discussão que estas atitudes metodológicas implicam. E aos estudos locais, juntam-se, nesta linha, os estudos biográficos e prosopográficos, recuperando-se aqui o papel de sujeito histórico, ao nível individual ou colectivo. Há, portanto, por esta via, um

clima mais propício a este tipo de estudos, e o problema da portuguesa começa a tirar alguns resultados neste contexto.

Convido-os a partilhar comigo alguns vectores de alguma da investigação sobre emigração que, neste contexto, se tem produzido no Norte de Portugal.

Um documento íntimo, neste caso uma carta de um emigrante no Brasil para a sua esposa de Fafe, Maria Antunes de Oliveira, pode ser reveladora da complexidade do fenómeno emigratório, e desta forma mostrar a necessidade de ultrapassar as grandes leis e tipologias, certamente necessárias para a compreensão global do fenómeno mas incapazes de fixar a diversidade e a riqueza de problemas que o nível micro propicia. Ouçamos:

*Minha mulher do coração*

*Em primeiro que tudo heide estimar estas duas letras te vão achar na posse de uma perfeita saúde pois a minha vou vivendo como Deus é servido. Maria cá recebi a tua carta e nella vejo o que me dizes o queres vir para a minha companhia. Pois nesta data escrevete para tu te arranjares e te remeto uma letra da quantia de cem mil réis fortes para tu pagares a paçagem á 2ª mesa e comprar um bahú e passaporte e mais despesas miudas, não faças muita roupa porque cá se faz, o que sobrar traz contigo para alguma couza que te seja perçiso e não tenhas medo do mar e bem no 1º Barco a sahir e mandame dizer no Barco em que bens para eu te ir esperar a Bordo. Tu me mandaste dizer que estas a servir no Porto pois eu não te quero a servir outro anda para a minha companhia. Já escrevi a teu Pay para elle ficar com o nosso filho e eu pago um tanto por anno para sua educação elle me*

*disse que sim atte elle ter idade de o mandarmos vir para esta terra. Maria não tenhas medo ó Mar pois anda no primeiro Barco que sahir e se não não contes mais com teu marido a Deos."*<sup>1</sup> (7 de Junho de 1867)

Só por si, esta “carta de chamada”, datada de 1867 e apensa ao processo administrativo de concessão de passaporte para funcionar como consentimento do marido da candidata à emigração, evidencia desde logo dois aspectos fulcrais:

1º) a emigração, na sua acepção meramente demográfica, de simples transferência de um país para outro, é muitas vezes um processo envolvente que pode ser longo e diferido no tempo, logo mais do que a simples soma de actos aparentemente individuais que uma estatística, na sua agregação, oculta;

2º) a emigração insere-se numa vasta trama de tensões, negociações e consensos ao nível de vários círculos de sociabilidade, de que a família é apenas um, embora decisivo, exemplo.

Estas questões, entre outras, obrigam-nos naturalmente a encarar a natureza poliédrica do fenómeno emigração, desenvolvendo olhares diversificados, ultrapassando a ideia liberal de que a decisão de emigrar era fundamentalmente individual. O conceito de “rede” tem ajudado a ultrapassar o impasse e, nessa medida, impregna hoje a grande maioria dos estudos sobre emigração.

Isto implica que, ao nível metodológico, se desça ao nível do emigrante e do grupo familiar para seguir trajectórias e dependências, se restrinja o espaço de análise para a intensificar e delinear relações mais complexas, sem deixar de articular os resultados

---

<sup>1</sup> Arquivo do Governo Civil do Porto, Documentação avulsa, *Maço com processo de passaportes*, M1624.

assim obtidos com os factores estruturais e históricos, pois não podemos esquecer a dimensão económica ou, por exemplo, o simples facto de que é a construção da nação e da sua linha de fronteira que, em última instância, define a emigração, afinal um movimento entre dois espaços de referência.

Dada a especificidade da investigação histórica, isto implica trabalhar com informações muito diversas e fragmentárias, em arquivos às vezes imprevistos, numa estratégia de avançar por pequenos passos. Neste contexto, a dimensão regional ou local torna-se, naturalmente, mais operativa, evitando subsumir em leis gerais comportamentos que obedecem a padrões distintos e historicamente enraizados.

Por outro lado, importa reler criticamente o publicismo oitocentista e recuperar e valorizar textos e autores hoje totalmente esquecidos, mas que apresentam, aqui e ali, vislumbres surpreendentes ao fugirem aos “clichés” da época (veja-se, por exemplo, Mendes Leal e os seus esquecidos artigos no periódico *A América* (1868), ao propor para a emigração portuguesa uma tipologia alternativa às dos livros então consagrados e baseada na extracção socio-profissional dos emigrantes, estabelecendo para isso três categorias de emigração - mercantil, agrícola e marítima, distintamente caracterizadas).

Estes princípios genéricos têm balizado alguma da investigação realizada sobre a emigração do Norte de Portugal, particularmente a centrada no distrito do Porto, de que eu próprio sou responsável, mas também representada por trabalhos sobre Fafe (Miguel Monteiro), mas também sobre Viana, Bragança, Aveiro, Arouca, Guimarães, Póvoa de Varzim, tanto a nível distrital, como concelho. Sem esquecer que começam a surgir monografias paroquiais que incluem a variável migração na sua análise, com relevo para as que se tem desenvolvido na Universidade do Minho.

Uma das linhas de força dominantes nestes estudos tem a ver com a preocupação de colocar as migrações no mapa desta investigação. Não é possível compreendermos perfeitamente a emigração sem reconhecermos o pano de fundo histórico relativo à propensão para migrar das populações do Norte Litoral. Alguns trabalhos microanalíticos de dimensão paroquial mostram-nos como a mobilidade interior era intensa na faixa litoral: o Alentejo, as duas cidades portuárias, o Douro constituíam mercados de trabalho que recebiam deslocados do campo, de forma sazonal ou temporária, quando não definitiva. Deslocações paroquialmente abençoadas, pois eram responsáveis pela introdução de importante numerário para a vida local, não faltando já no século XVII exigências para os “rapazes que vão ao Alentejo” assumirem despesas com andores e outras componentes festivas, prática que quase se institucionalizou nas romarias do Norte em relação aos emigrantes. Mas deslocações que se desenvolviam sob o fio da navalha, no que respeita à conotação com a marginalidade ou mesmo a mendicidade e à exposição acentuada a perigos sanitários.

Por outro lado, a aprendizagem na cidade, no comércio ou ofícios, era um tirocínio duro, extenuante, de tudo dar quase sem receber, onde sobreviver era um exercício heróico. Basta ler o inquérito industrial de 1881 sob este aspecto para vermos as condições humilhantes em que a aprendizagem se fazia e a preocupação dos patrões de oficinas em recrutarem bem longe crianças desprotegidas, para melhor as explorarem, numa verdadeira “escravatura branca”. E sobre o trabalho no comércio também não faltam depoimentos esclarecedores:

*Todo o trabalho rude dos escravos, comandado pela violência despótica das sanzalas era executado, sob o chicote, pelos pobres pequenitos das aldeias, que*

*faziam os despejos, que conduziam, de noite, toda a noite, a água para os depósitos, e que eram proibidos de dormir encostados ao balcão, sob pena das orelhas em sangue. As criaturas que mal dormiam de noite, em pocilgas infectas, eram consideradas rés do maior dos crimes se fossem vistas pelo patrão, cabeceando em frente das portas, naquela enorme sentinela das fazendas. Uma alimentação horrível, um agasalho imundo, um espantoso trabalho sem salário, a ameaça constante do olho-da-rua, perdendo num momento de fúria todo o tempo já sofrido - eis o que esperava nas cidades o emigrante das aldeias, que sonhara, na sua fantasia, vir encontrar conforto e a futura e a remota fortuna no trabalho urbano<sup>2</sup>.*

Como admirarmo-nos que, face aos discursos anti-emigratórios sobre os perigos de morte e de sobreexploração no Brasil, circulassem no senso comum frases feitas do género “por cá também se morre”, “quem vai à guerra dá e leva”, “quem nunca se aventurou nunca perdeu nem ganhou”<sup>3</sup> ?

Ainda no campo estrito da mobilidade não surpreende a observação de casas agrícolas com os filhos ausentes no Brasil e com recrutamento de criados, numa evidência de que não era a necessidade absoluta o factor intrínseco da emigração, mas que esta resultava de uma atitude estratégica, ainda que o efeito da emulação colectiva possa ajudar a explicá-la. Facto que, ao mesmo tempo, mostra a existência de contra-correntes migratórias (do interior do país, da Galiza) para preenchimento dos vazios laborais criados no litoral, a propiciar um importante fenómeno de emigração por etapas. Com efeito, a uma “cultura de emigração” que vinha de longe, associava-se uma estrutura

---

<sup>2</sup> Emídeo de Oliveira, *A carteira de um latino*, Porto, 1893, p.277.

fundiária que, para manter a “casa” e assegurar a reprodução social, tinha de seguir vias de selecção e de exclusão, em que a ida para o Brasil surgia como um expediente pacífico e consensual para os não beneficiados, o que explica a partida anual e persistente de milhares de jovens imberbes para o lado de lá do Atlântico, originários de casas agrícolas que estavam longe da pobreza.

Naturalmente que esta decisão familiar de enviar jovens para o Brasil (aos 13/14 anos é o poder paternal que decide), generalizada a todos os grupos sociais, não podia ser assumida ao acaso. Surge, então, a necessidade de prestar atenção a uma segunda linha de força da investigação: entre os dois pólos do trajecto migratório funcionava um modelo popular de informação que assentava em representações populares de sucesso, moldado por um quadro colonial que teve a sua época, mas que de modo algum era mais positivo ao nível geral do que o foi no século XIX.

Para as regiões costeiras do Norte, a atracção do Brasil nos inícios do século XVIII era já responsável por famílias esvaziadas de homens, feminizadas e envelhecidas, sem notícias regulares dos que partiam nem resultados palpáveis do seu sucesso. Pode até dizer-se que o crescimento económico e a profunda alteração das condições técnicas relativas às comunicações (correios, telégrafo) tornaram o Brasil muito mais proveitoso para a emigração oitocentista do que no período colonial. Mas havia as relações comerciais, o corpo de marinheiros das carreiras de veleiros, a palavra e o exemplo dos retornados e, a partir dos meados do século, havia a imprensa. Sublinhe-se: a imprensa. E transcreva-se:

---

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*.

*As relações mais íntimas e seguidas que existem entre estes dous povos são devidas ao jornalismo. Nesta honrosa missão, a iniciativa proveio do Brasil. Raro é o jornal daquele império que não tenha um correspondente em Portugal, e alguns até dous, um em Lisboa e outro no Porto. A imprensa periódica portuguesa conta já algumas das suas folhas diárias tendo correspondentes regulares do Rio por todas as malas. Entretanto, mesmo fora da acção do governo, que muito podia fazer neste sentido, cumpre à imprensa promover constantemente, por todos os modos ao seu alcance, que os dous povos que tanto interesses ligam, se conheçam e apreciem.<sup>4</sup>*

Impressiona, de facto, folhear as páginas dos grandes diários do século passado e ler a meticulosa informação sobre o Brasil, particularmente do Rio de Janeiro. Para *O Comércio do Porto*, por exemplo, às vezes a primeira página por inteiro não chega para o rol de notícias. Mesmo considerando que o nível de leitura da imprensa não fosse elevado, a difusão do essencial do noticiário não deixaria de transbordar para o grande público, ainda que por transmissão oral.

Para lá deste conhecimento difuso em que o Brasil surgia como um “além económico”, o que na verdade funcionava em pleno era a rede de conhecimentos alicerçada nas relações comerciais, conforme Mendes Leal a descrevia no seu tipo de “emigração mercantil”. Segundo ele, esta era constituída pelos “aparentados ou relacionados com as casas comerciais ou industriais estabelecidas no império, e recrutase espontânea entre as famílias das cidades, ou filhos segundos de lavradores remediados. Para esta, em geral procedente do Norte do Reino, influem principalmente, — entre as causas permanentes, o natural desejo de fortuna, a protecção dos consanguíneos, as

---

<sup>4</sup> “Relações oficiais entre o Brasil e Portugal”, *O Comércio do Porto*, 27.7.1861.

recomendações dos correspondentes, o desenvolvimento das indústrias no país destinatário”<sup>5</sup>.

O Brasil era, pois, o destino natural desta emigração, dada a afinidade histórica, e sobretudo a língua, este o grande elemento de aproximação ou de rejeição nos processos migratórios. Enfim, como dizia ainda Mendes Leal, os portugueses que vão para o Brasil “sabem que ali encontrarão senão a pátria, um traslado dela, senão a família, um grau de parentesco”<sup>6</sup>.

Não admira, assim, que houvesse uma preocupação de “preparar” os potenciais emigrantes: para muitos, o ensino das primeiras letras era um investimento pessoal que só na emigração e na actividade comercial tinha retorno, pois não lhe viam aplicação para quem ficava na agricultura; para outros, essa preparação era representada pela aprendizagem de um ofício. Ensinava-se para a emigração, muitas vezes com professores particulares contratados para o efeito, em despesas que mas tarde sobem às partilhas da herança, tal como entram em conta os gastos com a partida; e quantas vezes ao ensinar-se em si mesmo se estava a preparar um emigrante, alguém que não podia utilizar essas capacidades na aldeia e acabava por partir, procurando a cidade ou o Brasil, pois seria ridicularizado por possuir um saber de que não era capaz de tirar proveito. Isto ajuda a explicar que a população emigrante fosse em geral mais alfabetizada do que a população que ficava, e que os níveis de alfabetização dos emigrantes se assemelhasse ou superasse mesmo os das populações urbanas de Lisboa e Porto.

Sendo, porém, a emigração um processo de relação entre dois pólos, é necessário reconhecer que se desenvolve aqui um jogo de mal-entendidos. Os portugueses queriam

---

<sup>5</sup> Mendes Leal, “A emigração”, *A América*, nº5, Maio de 1868.

enviar emigrantes jovens, com alguma qualificação e alguma protecção, que pudessem fazer carreira comercial ou nos ofícios, integrando-se na vasta colónia portuguesa que no Brasil dominava grande parte das actividades comerciais, colónia que constituía a rede apelativa e dava “arrumação” a muitos recém-chegados. O Brasil combatia este tipo de emigração através de uma ironia pesada, de amotinações populares, de campanhas de imprensa, de ataques pessoais e sobretudo de ameaças de restrição legislativa (por exemplo, sucessivos projectos de “nacionalização” do pequeno comércio e da pesca, de imposição de quotas de caixeiros brasileiros, de fiscalidade ou condições técnicas de funcionamento mais elevadas para o tipo de empresas desenvolvidas por portugueses).

Por sua vez, o Brasil armava uma outra rede de imigração no sentido de recrutar apenas jovens robustos, dotados de força braçal, sem qualificações, que “nunca tivessem estado em vilas ou cidades” para, uma vez no Brasil, não terem tentações de fuga para os meios urbanos, pois o objectivo era embaratecer ou substituir a mão-de-obra das plantações, perante o declínio da escravatura. É uma rede de transportadores e de engajadores com ligações estreitas aos fazendeiros que se começa a formar espontaneamente logo nos anos 30, animada por antigos transportadores de escravos, que se viam manietados pela vigilância e pirataria da frota inglesa, e que preferiam apostar neste novo mercado de mão-de-obra europeia, imenso e não controlado, aproveitando o expediente legal já existente dos contratos de locação de serviços. As ilhas dos Açores e Madeira foram os grandes fornecedores desta nova emigração, mas o engajamento estendeu-se igualmente ao Continente, despertando para a emigração, através de

---

<sup>6</sup> Idem, *ibidem*, nº 2, Fevereiro de 1868.

adiantamentos e propaganda, zonas geográficas antes adormecidas e grupos sociais impedidos de custear a sua própria emigração.

A animação paralela destas duas redes gerava, ao nível popular, uma série de equívocos e frustrações, em que o voluntarismo da ida se transformava em tormentos de viagem e/ou numa verdadeira condenação profissional, originando fortes polémicas. Com o decorrer do tempo, o próprio Estado brasileiro vai legalizar e regulamentar estas redes, nomeadamente com a institucionalização da Agência Central de Colonização e outros organismos afins.

Com a denúncia dos escândalos desta “escravatura branca”, em que os plantadores esqueciam ou iludiam os contratos, e a oposição por parte de alguns países emissores (caso da Alemanha, que proíbe esta contratação), o Brasil evoluirá nos finais do século para outras formas de incentivo à emigração, mais consentânea com os novos tempos (gratuidade das viagens, subsídios ao estabelecimento de famílias, etc.)

Neste contexto, o papel do Estado português numa eventual regulação da emigração era reduzido e, sobretudo, pouco eficaz. É certo que ao nível dos grupos de pressão e da propaganda política se ouvem vozes opositoras ao fluxo migratório, sobretudo quando a rede de engajadores se torna activa e desequilibra certos mercados locais de trabalho. O discurso oficial assume então essencialmente dois tipos de registos:

- 1) um registo de continuidade, de tipo mercantilista, em que a saída é vista como uma sangria que enfraquece o corpo da Nação;

- 2) um registo novo, de tipo paternalista, em que a emigração é vista como o resultado de uma patologia social, a qual segrega o emigrante incauto, ignorante, miserável, vítima fácil dos engajadores.

Mas na prática, embora a grande norma do Estado seja o impulso para proibir, como aconteceu neste campo durante o absolutismo, isso já não podia acontecer na fase liberal. É então que se torna operativo o discurso sobre a patologia social, nomeadamente quando assume a existência de dois tipos de emigração: a voluntária e a forçada, fazendo incluir nesta a migração dos colonos apanhados nas “armadilhas” dos engajadores.

Essa dicotomia articulava-se, então, com a leitura oficial da emigração, aquela que se transpunha para a legislação e condicionava o acto de emigrar. Legislação que, respeitando embora o direito constitucional de “mudança de domicílio”, procurava descortinar formas de intervenção que legitimassem a intervenção do governo perante as reclamações anti-emigratórias de alguns sectores, numa coloração “soft”, quase sempre decalcada dos modelos dominantes no estrangeiro (Inglaterra, França, Bélgica), que nos é explicada por Luciano Cordeiro:

*O princípio geral e definido do direito moderno, e em especial do nosso direito pátrio, relativamente ao assunto, reduz naturalmente a legislação sobre emigrantes a uma proceituação preventiva de humanidade e acção tutelar, tão somente, considerando a emigração apenas, ou principalmente, nas facilidades que ela oferece a certas explorações odiosas, nos perigos que nela correm os cidadãos menos esclarecidos ou menos favorecidos de meios, de conhecimento e de fortuna. (...) Por assim dizer, o Estado procura acudir à imprevidência, à ignorância, à miséria, à fraqueza de certos indivíduos, para que saindo do seu território e da acção directa, protectora e defensiva, da sua soberania, e sendo*

*cidadãos seus, não sejam vítimas de deploráveis ilusões e de extorsões e explorações criminosas, em terra ou sob o poder de estranhos.*<sup>7</sup>

Esta posição de princípio sobre a liberdade de movimentos, apenas quebrada para proteger os miseráveis de outra miséria alternativa, não invalidava que o Estado defendesse o seu “interesse directo” (procurando desviá-la de destino ou impedindo o tornar de certas obrigações cívicas, i.e., o serviço militar), ou seja, que prevalecesse o direito do Estado sobre o do indivíduo, quando este contrariasse ou prejudicasse aquele. Ilusão que o crescendo da corrente migratória devidamente esclareceu.

Sobre a dita “emigração livre” o Estado nada fazia, até porque era essa que potencialmente poderia dilatar a influência portuguesa, criar mercado externo e, sobretudo, assegurar reflexos financeiros consideráveis. De resto, a população reagia de imediato, para contornar a lei quando esta criava obstáculos administrativos. Veja-se, por exemplo, o caso da idade modal: a moda estatística nas idades dos emigrantes do Porto situava-se em 1854 nos 18 anos, em 1855 sai a lei que obriga a prestar fiança militar aos que embarcassem entre os 18 e 21, pois a moda desce logo para os 17 anos; em 1859 esse limite mínimo legal passa para os 14 anos, a moda etária desce de imediato para os 13 anos. E quando, a partir de 1877, a fiança se solicita a todos os menores de 22 anos que não seguissem em acompanhamento familiar, o que se verifica é o incremento da partida de pais com filhos, sendo claro que em muitos casos o pai pouco tempo se demorava no Brasil e voltava, ou seja, foi lá apenas para “arrumar” e proteger o filho.

Desta preocupação decorre uma clandestinidade típica que não é propriamente a da fuga ao controlo alfandegário, embora esta fosse um expediente cada vez mais usado,

---

<sup>7</sup> Luciano Cordeiro, *Emigração - Relatório e Projecto de Regulamento*, Lisboa, 1883, p.7.

mas sobretudo é a da viciação documental, prática esta de resto também muito acentuada ao tempo da locação de serviços, como reconhecia o governo civil do Porto em 1859: “a emigração clandestina é em pequena escala, o que abundam são os engagements e contratos clandestinos”<sup>8</sup>.

Se a este efeito da clandestinidade, juntarmos o facto de as estatísticas representarem partidas e não emigrantes, acumulando, portanto, os processos de reemigração (que calculei em 6,5% a partir de um exercício de amostragem para o Porto entre 1836-79, período para o qual a clandestinidade estimada é da ordem dos 5%), se reconhecermos que nas partidas se inclui um número elevado de passageiros (comerciantes, procuradores, etc.) que vão por períodos escassos tratar de negócios, percebemos como tudo, em termos de medição, é do domínio do impreciso, em que a contagem só nos aproxima de uma realidade indefinida, que, neste estágio, é mais conveniente compreender do que medir.

O mesmo se diga do retorno, para o qual não existem números oficiais, mas que está longe de ser diminuto, apesar de alguns afirmarem que quase não existiu. Estimado por Oliveira Martins na ordem dos 40%, todos os exercícios feitos apontam para um refluxo em torno dessa grandeza com oscilações numa banda de cerca de 10% em anos normais, sejam realizados por algumas listas de embarque/desembarque, pela equação de concordância, ou medidos ao nível microanalítico em reconstituições paroquiais na área do Porto.

É esse retorno que explica o peso social dos ditos “brasileiros” no grande Porto e que eles sejam um elemento de revitalização do tecido económico-social da região. Desde

---

<sup>8</sup> *Relatório sobre o Estado da Administração Pública nos Districtos Administrativos do Continente do*

logo no mercado nupcial, onde entravam por cima apesar dos protestos da elite cultural que não lhes reconhecia méritos e se enfastiava com uma propalada pujança económica, que quase sempre não passava de alguns contos de réis zelosamente poupados e investidos. É através deles, por alianças matrimoniais ou por aquisição, que muitas casas de lavoura da região se rejuvenescem, procedendo a investimentos tanto em construções salubres e apetrechadas de água, como na ampliação de terrenos.

Mas é na vida urbana que os “brasileiros” melhor podem aplicar tanto o capital financeiro como o acréscimo de capital humano que trouxeram do Brasil (que na realidade funcionava também como uma escola de formação para a vida prática, para onde negociantes mandavam filhos tirocinar no comércio). E aí vamos encontrá-los em tudo o que é novidade empresarial, quer em cargos de direcção ou serviços, quer como sócios ou accionistas: naturalmente, no comércio em geral, mas também nos bancos, nas companhias de seguros, nas empresas de transporte - veleiros, carros americanos e eléctricos, caminho de ferro (linha da Póvoa), nas tentativas de companhias de navegação a vapor, na imprensa, em iniciativas mineiras, na indústria (têxteis, cerâmica, madeiras, construção civil, na indústria hoteleira). Não vale a pena sequer sublinhar ainda a sua filantropia, onde porventura o dar monetário buscava o reconhecimento simbólico (como é que a Misericórdia do Porto se transformou na maior instituição de assistência do País, sem recorrer a lotarias, senão com a doação de “brasileiros”?).

Grupo com forte dominância, compreende-se o escárnio que recebiam da literatura, se bem que a sua projecção cultural se faça ao nível da segunda geração (quem esquece que Júlio de Matos ou Ricardo Jorge eram filhos de “brasileiros”?). Também se reconhecerá

Alves, Jorge Fernandes - Perspectivas sobre a emigração - os estudos locais e regionais. *Actas das Segundas Jornadas de História Local*, Fafe, Câmara Municipal, 1998, p. 413-424.

que o seu fim, com a queda abrupta do câmbio brasileiro e a conseqüente reemigração de muitos destes “brasileiros” do Porto na década de 90, ajuda a explicar a perda de preeminência económica e social da segunda Cidade portuguesa na viragem do século.